

A escrita da Pré-História em compêndios escolares de História no Brasil: o caso João Ribeiro (1892)

The Writing of Prehistory in History Textbooks in Brazil: João Ribeiro's Case (1892)

Luis Ernesto Barnabe*
Lolita Guimarães Guerra**

RESUMO

No decorrer do século XIX, surge e se desenvolve o conhecimento da Pré-História como período mais remoto da História e área específica de conhecimento. A circulação atlântica de notícias sobre ideias, conceitos, sítios e vestígios pré-históricos, junto à construção de uma filiação ocidental para o nosso país, enquanto nação moderna, resultam na primeira prescrição oficial da Pré-História sob a República. O compêndio *Historia Antiga*, de João Ribeiro, adotado pelo *Ginasio Nacional* (nome republicano dado ao Imperial Collegio de Pedro II) em 1892, é um documento central para a compreensão do processo da escrita da Pré-História escolar no contexto daquele colégio, na década de 1890. Nele, observamos a construção de uma Pré-História nos moldes do debate científico da época. Este trabalho situa sua prescrição nos Programas de ensino

ABSTRACT

In the course of the 19th century, emerges and develops the knowledge of Prehistory as the remotest period of History and as a specific area of expertise. The Atlantic circulation of news about ideas, concepts, sites and prehistoric remains, along with the construction of a western affiliation for our country, as a modern nation, resulted in the first official prescription of Prehistory under the Republic. The compendium *Historia Antiga*, by João Ribeiro, adopted by the *Ginasio Nacional* (the republican name given to the Imperial Collegio de Pedro II) in 1892, is a central document for understanding the writing process of a basic school Prehistory in that school in the 1890s. In this compendium lies the construction of a Prehistory along the lines of the scientific debate of the time. This paper places its prescription in that school's teach-

* Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, PR, Brasil. luis.ernesto@uenp.edu.br <<http://orcid.org/0000-0003-1723-7197>>

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. lolitag@gmail.com <<http://orcid.org/0000-0002-2583-9924>>

do colégio e identifica as linhas mestras de sua Pré-História.

Palavras-chave: Pré-História; manual escolar de História; João Ribeiro.

ing Programs and identifies the guidelines of its Prehistory.

Keywords: Prehistory; History textbook; João Ribeiro.

A “Pré-História” é pela primeira vez nomeada em língua inglesa em 1851 por Daniel Wilson em *The Archaeology and Prehistoric Annals of Scotland* e passa a ser amplamente referida como tal a partir da década de 1860, graças a seu uso por John Lubbock.¹ Desde o início, a expressão designou o estudo de um determinado contexto arqueológico em uma época anterior aos registros escritos a seu respeito (DANIEL, 1962, p. 9-10; TRIGGER, 2004, p. 81).

No limiar entre ciências humanas e biológicas, na chave da reviravolta da *épistémè* ocidental de Foucault (2000), a Pré-História torna-se um saber que confere ao portador autoridade do discurso científico, ao mesmo tempo em que ressignifica questões existenciais da espécie humana: quem somos, quais são as nossas origens, como nos tornamos humanos e, em última instância, o que nos faz humanos (RENFREW, 2007, p. ix-x). Isso não é pouco, sobretudo àqueles homens de *sciencia* brasileiros de finais do século XX, autoincumbidos de projetar uma nação civilizada. Presente e futuro dependem do passado e das origens, e, especificamente para o caso brasileiro, os desafios se manifestavam em outra magnitude em decorrência sobretudo da questão racial da população. À pretensa filiação ao concerto das nações civilizadas, herdeiras do Ocidente greco-romano, bastava a colonização europeia diante do povo miscigenado? Lilia Schwarcz (2000) demonstrou como modelos evolucionistas e social-darwinistas – já bastante desacreditados no contexto europeu – forjaram uma interpretação original que contribuiu para a manutenção do conservadorismo e do autoritarismo como elementos de uma identidade nacional. Segundo Ângela Alonso, mais que imitação, trata-se de analisar a questão pela chave da apropriação, isto é, “supor dos agentes capacidade de escolha interessada de ideias conforme experiências e os dilemas próprios” (2009, p. 87).

João Ribeiro acompanha o perfil da camada social que ascendeu via escolarização e se concentrou principalmente no Rio de Janeiro. Desde sua chegada à Corte em 1880, trabalhou em colégios e na imprensa até ser aprovado no concurso na Biblioteca Nacional em 1885. Graças à amizade com Silvio Ro-

mero, se aproximou de “alguns membros do grupo que futuramente seria responsável pela fundação da Academia Brasileira de Letras” (HANSEN, 2012, p. 185). Em 1890 assume a cadeira de *História Universal, especialmente do Brasil* no Ginásio Nacional, nome republicano para o Imperial Collegio de Pedro II (ICPII). Para alguém (ainda) sem consagração intelectual, a escrita de uma obra de História não nacional, *Historia Antiga* (1992), e ao mesmo tempo, em uma modalidade compilatória e escolar, torna-se estratégica para demonstrar erudição e talento. Muitos podem considerá-la menor por isso, mas ao fazê-lo cometem um equívoco. O esforço intelectual está presente, e por mais que não se trate de uma narrativa acerca da nação, questões de fundo, debatidas exaustivamente por aquela geração – como civilização e raça – são aportadas em um exercício de síntese do debate que corre na Europa.

Nesse sentido, a escrita da Pré-História escolar de João Ribeiro será analisada neste trabalho visando em um primeiro momento compreender as práticas e representações no âmbito de uma disciplina escolar, inserida em uma cultura escolar cujo peso da tradição da História Sagrada é inegável. Com a República, teria sido o ideário positivo-evolucionista capaz de sustentar a prescrição da Pré-História nos programas de ensino e nos compêndios de História? Em seguida, nos debruçamos sobre as concepções de João Ribeiro, para identificarmos qual é a sua Pré-História enquanto origem da humanidade e da civilização.

PRÉ-HISTÓRIA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES

A primeira prescrição oficial de Pré-História como parte dos currículos brasileiros ocorre já sob a República. O Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890, que aprovava o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, previa que o ponto “Ideia do homem pré-histórico” fosse ministrado na 3ª classe do 2º grau da escola primária, em um curso de História que abarcava um recorte temporal até a modernidade. No ano de 1892, o Ginásio Nacional a incluía em seu Programa de Ensino.² O livro indicado era *História Antiga – I: Oriente e Grécia*, de João Ribeiro, publicado no mesmo ano por Francisco Alves, principal editor brasileiro da época (VECHIA e LORENZ, 1998, p. 118).

Sob o prisma da História das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990; BRUTER, 2010) e das análises de manuais escolares (CHOPPIN, 2002; 2009), situamos os conteúdos e a publicação do compêndio de Ribeiro em uma série histórica, tendo como baliza os Programas de Ensino do ICPII, bem como os compêndios indicados por eles.³ Desde sua fundação até o início da República, oito foram os Programas que adotaram como compêndios de 1838 a 1877 o *Précis de l'Histoire Ancienne* de Charles Cayx e Auguste Poirson (1827),⁴ o *Manuel du Baccalauréat*,⁵ o *Compêndio de História Universal – Volume I: História Antiga* de Justiniano José da Rocha (1860) e o *Compendio de Historia Antiga* de Moreira de Azevedo (1865),⁶ que em 1892 será substituído pelo de Ribeiro (PENNA, 2008; VECHIA, LORENZ, 1998). Pela primeira vez, o compêndio prescrito não seguia a linha da História Sagrada.

Até 1892, os Programas do ICPII não faziam referências à Pré-História, muito embora o uso do termo “tempos primitivos” na redação de seus conteúdos possa nos dar a entender que sim. Eles devem ser compreendidos à luz dos compêndios ali indicados, que lhes dão corpo. É possível observá-lo, por exemplo, quando cotejamos os pontos de 1882 (“noções preliminares”, “tempos primitivos” e “povos orientais”) e o compêndio adotado, de Moreira de Azevedo (1865) (VECHIA e LORENZ, 1998, p. 99-100). Essa obra segue o modelo da História Sagrada ao conduzir sua narrativa a partir de Israel (desde a criação no Éden) à qual paulatinamente se incorporam as histórias de outras civilizações (AZEVEDO, 1883, p. 1-14; BITTENCOURT, 2008, p. 112-116; KOSELLECK, 1975, 166-177). Os elementos criacionistas e a teleologia do “povo de Deus” nela encontrados remontam em longa duração à tradição iniciada em Eusébio de Cesaréia e acompanhada pelos compêndios prescritos no ICPII até 1892 (BARNABÉ, 2019, p. 189). Ela assume a excepcionalidade, unidade e diversidade de Israel como “povo eleito”. Como veremos mais adiante, essa abordagem não será de todo abandonada no futuro, quando tais características serão atribuídas à História do Oriente como um todo (LIVERANI, 2009, p. 28).

O abandono da História Sagrada e a prescrição do ensino da Pré-História em 1892 refletem a vitória do movimento intelectual da segunda metade do século XIX que, na interface do republicanismo e da contestação do Império, mobilizou novos recursos intelectuais no amplo repertório europeu contemporâneo: do conservadorismo ao socialismo, na literatura e na ciência, pin-

çando “seletivamente conceitos, argumentos e explicações conforme sua eficácia para alicerçar a crítica à tradição imperial” (ALONSO, 2009, p. 96). No que diz respeito ao Ensino da Pré-História, esses recursos já estavam disponíveis na época do Império, mas não se implementaram institucionalmente e tiveram vida curta.

O compêndio de João Maria da Gama Berquó, *Historia Antiga do Oriente* (1887), que não estava prescrito nos Programas do ICPII (apesar do autor ser professor do Colégio), excluiu o criacionismo e, ao mesmo tempo, incluía a Pré-História em seus conteúdos, assumindo a cronologia do tempo longo para a existência humana. A obra foi elogiada em uma resenha na Gazeta de Notícias (1887), a qual recomendava sua adoção pelas escolas públicas do Império. Os autores celebravam sua atualidade científica ao remontar a origem do homem ao Período Quaternário e ao se diferenciar dos historiadores que seguiam a narrativa bíblica. Apesar disso, dois anos depois Berquó publicou *Noções Summarias de História Universal*, voltando atrás em relação a sua História científica. Sua nova narrativa acomodava a História Sagrada à Pré-História, trazendo o ponto “Origem do homem segundo a Bíblia” (no capítulo “Preliminares”) e o capítulo “A Pré-História”, o qual resumia os conteúdos de 1887, mas mantinha a temporalidade longa da existência humana (1889, p. 5-9). Observamos que a presença da Pré-História não figura como uma simples adoção da ciência da época, ou mera questão de prescrições oficiais, mas insere-se na fronteira entre o prescrito e as práticas concretas da escrita e do ensino da História (CHERVEL, 1990, p. 189).

Os compêndios de João Maria da Gama Berquó, de 1887, e de João Ribeiro, de 1892, sinalizam para o surgimento de uma nova variante da escrita da História Antiga escolar, chancelada pelos programas republicanos de ensino e em diálogo com práticas de escrita. Assim como não foi definitiva a entrada da Pré-História na época de Berquó, não o foi na que se seguiu à adoção de Ribeiro em 1892. Até 1951 (data do último Programa documentado por Vechia e Lorenz), a Pré-História oscilará entre presença e ausência, em Programas que indicarão João Ribeiro, assim como outros autores de base científica (Seignobos), mas também autores que se utilizam da metanarrativa da História Sagrada (Weber), e aqueles que apresentam as duas, ainda que se posicionem pela segunda (Serrano).

Tabela 1 – Prescrições dos Programas de Ensino do ICPII, 1892-1951

Ano	Pré-História	Compêndios indicados
1892 e 1893	Presente	RIBEIRO (1892)
1895	Presente	RIBEIRO (1892) e WEBER (1895)
1898	Ausência	WEBER (1895) e SEIGNOBOS (1887) ⁷
1912	Presente	Sem indicação
1915	Presente	RIBEIRO (s/ título) e DORIA (s/ título)
1926	Presente	RIBEIRO (1918) e RUCH (1926)
1929	Presente	RUCH (1926); SERRANO (1913) e LIMA (1921)
1931	Presente	Sem indicação
1942 e 1951	Ausente	Sem indicação

Fonte: VECHIA, LORENZ, 1998.

Por fora dos Programas de ensino, a relação entre narrativa bíblica e História terá continuidade na forma de livros que promovem uma curiosa acomodação entre História Sagrada e Pré-História. O compêndio *Lições de História da Civilização*, do professor paulista José Estácio Benevides, publicado a partir de 1902, já indicava a conciliação entre explicação científica e narrativa bíblica em relação às origens da humanidade (FREITAS, 2006, p. 161). Na década de 1910, a periodização da História Universal proposta por Jonathas Serrano, professor do ICPII, trazia informações contraditórias a respeito da Pré-História e da cronologia bíblica.⁸ Os marcos temporais de sua História Antiga irão da “criação do homem” à “morte de Teodósio (395 a.C.)”. A opção do autor católico pela metanarrativa da História Sagrada fica mais evidente quando se observa que o primeiro capítulo da obra aborda os hebreus, partindo do relato edênico (SERRANO, 1947, p. 20-26, 31). Passada a efervescência do ideário positivo-evolucionista, um processo de associação forçada das metanarrativas contrastantes reorganizou a escrita da História Antiga escolar. Assim como em 1898 se indicará o livro criacionista de Georg Weber, em 1929 o livro de Serrano será oficialmente adotado. A ausência de indicação de livros em 1931 e a saída da Pré-História em 1942 talvez tivesse relações com essa resistência da

presença da História Sagrada e a impossibilidade real de acomodação entre as duas metanarrativas.

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A PRÉ-HISTÓRIA NA ÉPOCA DE JOÃO RIBEIRO

Durante a maior parte da História humana, a mitologia foi o principal meio de responder ao interesse pelo passado e de estabelecer referências e legitimar relações sociais do presente (TRIGGER, 2004, p. 27; BAMBERGER, 1974). Ela ocupou esse espaço até o início da Modernidade, quando a Pré-História começou a se desenvolver enquanto campo autônomo de investigação e de discurso científico no âmbito dos nascentes campos da Geologia, da Arqueologia e da Paleoantropologia. Do século XVI até o início do XX, algumas antigas concepções míticas sobre o passado serão lentamente abandonadas ou transformadas (GOSDEN, 2003, p. 31; TRIGGER, p. 47-49, 68-70). Nesse contexto, os métodos e os objetos da Pré-História também serão colocados em debate e definidos, estabelecendo os parâmetros para o estudo dentro do campo.

Os mais importantes desses referenciais são aqueles que permitiram o abandono de explicações metafísicas, o que se estendia aos achados arqueológicos – tanto relativamente às suas origens quanto à sua antiguidade. Do século XVI ao XVIII se consolidou a convicção a respeito da grande antiguidade e da origem antrópica de artefatos pré-históricos que, desde os clássicos (a exemplo de Plínio, *História Natural*, p. 37, 48-65), eram atribuídos a fenômenos celestes e sobrenaturais (e portanto teriam propriedades mágicas) (TRIGGER, 2004, p. 47, 50-54). Depois disso, do XVIII ao XIX a Arqueologia e a Paleoantropologia nascentes reconhecerem a inadequação das genealogias bíblicas como referência para datação tanto dos achados quanto da antiguidade da humanidade. Na década de 1860 se processa uma “revolução do tempo”, quando os trabalhos de Charles Darwin (no campo da Biologia), Charles Lyell (Geologia) e John Lubbock (Arqueologia) apresentarão os argumentos definitivos em favor de um tempo longo. Agora, a existência humana não se limitava mais a algo em torno de seis ou oito mil anos (como proclamavam autoridades rabínicas, o papa Clemente VIII e James Usher), mas se alargava em direção a uma temporalidade muito mais profunda, de processos excep-

cionalmente mais lentos os quais, no entanto, ainda não podiam ser precisamente datados numa cronologia absoluta (GOSDEN, 2003, p. 31-35; SMAIL, 2008, p. 25-26; TRIGGER, 2004, p. 31, 35, 84-92; DANIEL, 1962, p. 48-49).

O abandono das genealogias bíblicas, por sua vez, faz parte de uma reflexão mais ampla sobre as fontes da Pré-História. Até o início do século XX, documentos textuais ainda não tinham sido de todo excluídos como referência para o estudo dos passados mais distantes. Além de seu uso tradicional para o cálculo de datações, o Antigo Testamento e a literatura clássica (a exemplo de Hesíodo) serviram para a interpretação de sociedades indígenas contatadas no contexto das invasões europeias da América. Essa interpretação variou entre considerá-las descendentes perdidas e degeneradas em relação à Criação no Oriente Próximo e vê-las como fósseis de uma era pré-histórica e exemplares inertes da infância da humanidade (SMAIL, 2008, p. 18-19; TRIGGER, 2004, p. 52-68, 99).

As especulações dos textos greco-romanos foram fundamentais, em um primeiro momento, para o estabelecimento de cronologias. Achados de ferro, bronze e pedra eram classificados e ordenados com base em informações neles presentes, que frequente e acertadamente assumiam os de ferro como os mais recentes na cadeia de desenvolvimento tecnológico – a exemplo de Hesíodo (*Os Trabalhos e os Dias*, 105-201) e, especialmente, Lucrécio (*De Rerum Natura*, 1282-1306), lido pelos antiquários europeus desde o século XVI (TRIGGER, 2004, p. 52-60, 70). A cronologia das Três Idades, desenvolvida nas décadas de 1830 e 1840 por Christian Thomsen e Jens Worsaae pode ter sido inspirada por esse referencial da Antiguidade, mas também pelos parâmetros bíblicos que impunham uma Pré-História de poucos milhares e anos. Apenas na segunda metade do século XIX, quando aperfeiçoada por Oscar Montelius, ela será liberta do tempo curto. Porém, ao mesmo tempo, Montelius conservará o enquadre judaico-cristão de localizar no Oriente Próximo a origem da História (agora secularizada enquanto História da Civilização) (MONTELIUS, 1888, 1899, 1920; TRIGGER, 2004, p. 73, 84, 153-158).

Além do uso para a classificação e ordenação dos achados, a documentação clássica serviu para estabelecer quem seriam os ancestrais dos europeus modernos (DANIEL, 1962, p. 19-22). Mas desde o século XVI essa abordagem pré-arqueológica dividiu espaço com a investigação da cultura material. Monumentos (e os artefatos associados a eles) escavados em locais da Europa mo-

derna e tocados no passado pelo Império Romano eram interpretados a partir de narrativas de autores como Júlio César, Tácito e Dion Cássio, que aparentemente permitiam associá-los a populações e acontecimentos históricos da época das invasões (TRIGGER, 2004, p. 47-50, 68-69, 85). A documentação clássica também parecia oferecer registros de passados ainda mais longínquos. Da década de 1860 até as primeiras do século XX, Johann Bachofen, Jane Harrison e Arthur Evans assumem como fontes para a Pré-História do Egeu as lendas transmitidas pelos autores gregos a respeito do que acreditavam ter sido seu passado (GUERRA, 2021). Esses estudiosos não percebiam que o referencial clássico limitava a extensão do passado pré-histórico para a época de redação dos textos, da mesma maneira que o fazia a interpretação das genealogias bíblicas como parâmetro para a datação da existência do planeta.

Além das narrativas e especulações bíblicas e clássicas, a etnografia teve e ainda mantém um papel fundamental para a reflexão sobre a Pré-História: uma nova modalidade de Arqueologia baseada em textos que mantém vivo o modelo mítico dos “primitivos modernos” como representantes de uma Pré-História comum a toda a humanidade. No século XVIII, essa perspectiva desdobrava-se de ideias iluministas otimizistas a respeito da modernidade e de uma unidade psíquica universal. A partir dessa base, o evolucionismo do século XIX fez do progresso a característica dominante da História (TRIGGER, 2004, p. 55-60). Este era visto como uma linha única de desenvolvimento, de culturas simples às mais complexas, de forma que as estudadas pela Etnologia equivaleriam à grande etapa dos tempos pré-históricos. Algumas sociedades estariam simplesmente paradas no tempo, refratárias à mudança (que só poderia ser causada por fatores externos, como migrações). A seleção natural teria “falhado” com certos grupos identificáveis geográfica (como os indígenas americanos) e socialmente (como a classe trabalhadora e os criminosos), cujas diferenças culturais teriam uma base biológica imutável (ao contrário do que haviam pensado os iluministas, defensores de uma unidade psíquica humana, em termos intelectuais e morais) (TRIGGER, 2004, p. 107-114, 126, 142-143).

Ao final do século XIX e o início do XX, ocorrem transformações importantes no campo. Uma delas foi o abandono paulatino do evolucionismo. Em um primeiro momento, isso significou a substituição de um excesso de otimismo em relação ao progresso por uma perspectiva centrada na etnicidade (baseada em uma natureza humana imutável) como fator mais importante da

História. Tratava-se de uma resposta para os crescentes conflitos socioeconômicos no interior dos estados-nacionais em formação em um contexto internacional de expansão da industrial e competição por mercados e recursos. Os conflitos internos eram interpretados como resultados de complôs por parte de inimigos externos, contra os quais uma unidade nacional (de língua, herança biológica e costumes), supostamente original e resistente ao tempo, deveria ser defendida contra a degeneração e a influência de grupos externos, assumidos também como unidades essencialmente diferentes. Nesse contexto serão adotadas as noções de “cultura” (e de “civilização”) como modos de vida individualizados e transmitidos de geração em geração, observáveis nos campos da arte, crenças, leis, conhecimentos, capacidades e hábitos de grupos distintos entre si. A Pré-História e a História Antiga serão um solo fértil para o desenvolvimento dessa ideia, como podemos ver nos trabalhos de Edward B. Tylor (1871), Eduard Meyer (1884) e Heinrich Schliemann (1885). A partir deles, culturas (ou “civilizações”) serão designadas por meio de conjuntos de documentos circunscritos temporal e geograficamente que se apresentam como vestígios de grupos étnicos específicos. O interesse dos arqueólogos se deslocará dos monumentos para os artefatos, cujo pertencimento étnico muitas vezes será traçado a partir de critérios fantasiosos e estimularão a construção de ideias de ancestralidade no contexto de histórias nacionais. Essa identificação só será possível graças à disseminação de doutrinas raciais que assumiam supostas heranças biológicas comuns como os laços mais fortes a unirem internamente cada nação (TRIGGER, 2004, p. 145-147, 159, 163).

O conceito de cultura terá um papel importante na promoção do senso de identidade étnica e de solidariedade nacional, dando à Arqueologia um papel central no processo de emergência dos estados nacionais. Esta associação entre Arqueologia e nacionalismo será visível, por exemplo, na Alemanha, onde desde o século XVIII Herder defenderá a História enquanto história de um “povo” (*Volk*), grupo social cuja identidade comum é dada por um conjunto de características que partilham de uma mesma origem: os costumes, a arte, a ciência e, principalmente, a língua (1767; 1774). A partir de então, o “povo” será visto como uma unidade resistente à transformação. Antropólogos e arqueólogos passaram a assumir que qualquer mudança em um dado contexto deveria ser atribuída à difusão e, especialmente, à imigração protagonizada pelo povo proprietário do bem cultural ali introduzido. Este, por sua

vez, era entendido como cognitivamente superior e, portanto, único verdadeiramente criativo (esta será a interpretação para os semitas e os indo-europeus). Cada invenção, identificada em diversos contextos diferentes, teria uma única origem, passível de ser rastreada (com frequência, até o Egito ou à Mesopotâmia da Idade do Bronze). Esta perspectiva só perderá espaço na década de 1920, quando se consolidará a noção de que as culturas (tanto as do Velho quanto as do Novo Mundo) desenvolvem-se independentemente ou graças à capacidade das sociedades aprenderem umas com as outras (TRIGGER, 2004, p. 148-158, 167).

A ESCRITA DA PRÉ-HISTÓRIA DE JOÃO RIBEIRO

História Antiga – I: Oriente e Grécia se destacava em relação aos anteriores compêndios ao apresentar uma ampla atualização em termos de conteúdos e de referenciais teórico-metodológicos. Por um lado, descrevia recentes descobertas arqueológicas, fundamentais para a constituição do campo da Pré-História. Por outro, trazia a conexão entre a questão racial e um modelo de História marcado pela dicotomia entre Oriente e Ocidente, com a origem da civilização atribuída ao primeiro e legada ao segundo. Sua narrativa da História está dividida em duas partes: a primeira se constitui em capítulos dedicados ao “Homem Pré-Histórico”, às “Raças Humanas”, “Os primeiros tipos sociais” e à “História e civilização dos povos orientais”; a segunda, é totalmente dedicada à Grécia (RIBEIRO, 1894, p. 27, 38, 61, 193). Ao estabelecer esta narrativa em uma direção Oriente-Ocidente, *História Antiga* se apresenta como parte da História da História Antiga e da construção do Oriente como lugar das origens da civilização, como veremos mais à frente.

Por certo, estamos diante de uma transformação no que diz respeito ao lugar ocupado pelos gregos na metanarrativa da História. No transcorrer do século XIX, eles foram ocidentalizados, desconectados do Oriente, e passaram a compor o outro lado da fronteira da civilização ao lado de macedônios e romanos,⁹ criando um ordenamento cronológico para o progresso humano (BERNAL, 1993; VLASSOPOULOS, 2007; BARNABÉ, 2021). Essa nova função dos gregos integra a lógica da consolidação do processo civilizatório, nos termos de Norbert Elias: ao longo do século XIX se propaga como razão universal a suposição de ser civilizado, autossugerida pelo Ocidente. Ao mesmo

tempo, ela motiva a escolarização em massa e estabelece os parâmetros da relação com o outro, a quem lhe cabia civilizar (VEIGA, 2002). Não por acaso, o processo civilizatório operado no âmbito escolar prevê que nas aulas de História Antiga, com o suporte de compêndios como o de João Ribeiro, os estudantes conheçam a “contribuição direta que cada civilização trouxe ao patrimônio comum da história humana”¹⁰ (RIBEIRO, 1894, p. vi). Concomitantemente, no desenvolvimento da escrita da História se verifica o descarte das dificuldades epistemológicas do iluminismo pelo historicismo, que rompe a anterior ligação entre a totalidade e a unidade da História. Isso significa que, a partir de então, a História europeia, construída como continuidade da Antiguidade greco-romana, se apresentará como única História inteligível. A partir dela, as histórias “dos outros” terão participação apenas na medida em que estes se relacionam com a Europa por meio da conquista ou do comércio. Qualquer outro passado resulta, então, em prelúdios insignificantes, pré-histórias com a função de trazer encantamento e exotismo para o relato historiográfico (FILLAFER, 2017).

A primeira parte do compêndio de João Ribeiro, intitulada “Civilizações Primitivas”, constitui sua maior inovação em relação aos compêndios anteriormente prescritos pelo ICPII (o de Justiniano da Rocha, 1860, e o de Moreira de Azevedo, 1865). Ali, as civilizações primitivas estão organizadas sobre três eixos distintos, cujos suportes teóricos e materiais são de naturezas bastante diferentes. Assim, há uma narrativa de base tecnológica (a cronologia das Três Idades), em “O homem pré-histórico”; uma tipologia de base racial (a qual mapeia e classifica brancos, amarelos e negros) em “As raças humanas”; uma tipologia de tipos sociais (organizada em duas discussões sobre o progresso, uma relativa aos modos de subsistência, outra relativa às formas de organização social) em “Os primeiros tipos sociais”.

Os capítulos das “Civilizações Primitivas” refletem como os homens de ciência brasileiros lidavam com a noção de progresso da civilização a partir das modernas ferramentas da Sociologia e da Biologia e, ao mesmo tempo, fundamentavam a narrativa da Antiguidade conectada à Europa moderna. Na chave spenceriana, Ribeiro defende a análise dos fatos históricos por meio da combinação entre ciências sociais e biológicas, chamando a atenção para a analogia entre uma sociedade e um organismo (1894, p. 11). Além disso, a ação humana (e portanto a História) seria explicada por influências “cósmi-

cas”, biológicas e psicológicas (1894, p. 13-26). Aos objetivos deste artigo interessam especialmente duas reflexões, trazidas no contexto maior da exposição sobre as influências “cósmicas” e biológicas: a adesão ao modelo de uma marcha da civilização a partir do Oriente e em direção ao Ocidente (presente no ponto sobre as influências “cósmicas”) e a associação entre civilização e agricultura (mencionada no ponto sobre as influências biológicas e no capítulo “Os primeiros tipos sociais”). Vejamos sua exposição do primeiro ponto:

[...] os dados da história nos mostram a civilização operando uma translação bastante singular da Ásia para a Europa e da Europa para a América, no sentido de Leste para oeste. Voltaire e Hegel, exagerando essa observação, aliás incompleta, contribuíram para a hipótese de que a China seria o país mais antigo do mundo, o que de nenhum modo pôde ser comprovado, todos os documentos de origem chinesa sendo relativamente recentes. (1894, p. 14-15)

É interessante observar que as referências de Ribeiro sejam Voltaire e Hegel,¹¹ considerados posições extremas do que os “dados” históricos demonstrariam. Em 1892, este modelo difusionista, em que a “luz da civilização” vem do Oriente, já tinha sido colocado por Oscar Montelius (1888), mas é possível que Ribeiro não tivesse conhecimento da obra. Sua negação da prioridade chinesa e a organização do compêndio dialogam com o modelo da tese oriental, mas fazendo do Egito o berço da civilização (como depois será popularizado por Elliot Smith a partir de 1911). Nesse contexto, o Egito faz parte de um “Oriente” como “berço da civilização”. Esse modelo *ex oriente lux* tanto inventava grupos humanos a partir de noções essencialistas quanto fazia do Oriente o contexto de inventividade do qual o Ocidente seria herdeiro (RIBEIRO, 1894, p. 20-21, 37-48, 204). Ele se manifesta desde o início do século XIX no registro do orientalismo e enquadra-se em uma mais ampla História das ideias (SAID, 2013, p. 145; BERNAL, 1993). Assim, dá à História Antiga uma função ocidentalizante, ao selecionar o que é relevante para explicar a origem e as primeiras conquistas da civilização, que, com o tempo, se refinam na modernidade ocidental. Ribeiro assume essa função, explicitamente, como mencionamos acima (1894, p. vi). A orientação leste-oeste da narrativa cancelada por ele tem a forma de uma corrida de revezamento entre sociedades que, tão logo inventam as instituições “legadas” ao Ocidente, deixam de ter História e são substituídas por outras, onde novas invenções se desenvolve-

rão, sucessivamente. Dessa maneira, se atribui à História um sentido único, fruto da exclusão das conexões, contradições e experiências sociais consideradas irrelevantes e sem consequências para o destino de triunfo do Ocidente (GUARINELLO, 2014; MORALES, 2017, 87, 95-96).

A construção do Oriente como “berço da civilização” estabelece uma monogênese de uma certa “alta cultura” cujas origens e processos são bem menos simples e lineares, além de desconsiderar os desenvolvimentos internos de cada sociedade. Ela, além disso, mitifica as experiências históricas das variadas sociedades colocadas sob esta rubrica e caracteriza “o Oriente” como um contexto excepcional, internamente unívoco e diverso de outros contextos contemporâneos, ao gosto da História Sagrada – mas apenas na medida em que a ele são atribuídas instituições e características valorizadas por uma macronarrativa direcionada ao Ocidente: o surgimento do Estado, da cidade, da religião, da escrita e da agricultura. Desta forma, é preciso marginalizar e mesmo excluir da narrativa da História aqueles que não se prestam como “ancestrais” da Europa moderna, pois suas experiências são consideradas irrelevantes e sem consequências (LIVERANI, 2009, p. 27-30).

Em *História Antiga*, a narrativa sobre a origem oriental da civilização é consolidada pelo lugar atribuído à agricultura. Para João Ribeiro, ela é uma das condições para a civilização – ao lado do clima temperado, da metalurgia e da presença de uma “raça progressiva” (1894, p. 54). A associação entre civilização e agricultura é um lugar-comum das narrativas sobre o passado da humanidade construídas na segunda metade do século XIX (BACHOFEN, 1861, 105-107; MORGAN, 1877, 29-34; ENGELS, 1891, p. 35). Ela está presente nas primeiras descrições das populações americanas pelos europeus, no século XVI, e pode ser mapeada até a literatura homérica. Frequentemente com referência na cultura de cereais, sua ausência será um marcador de barbárie (HODGEN, 1998, p. 199; SCOTT, 2017; *Odisseia* 9.84, 94, 105-115; 19.111-114).

João Ribeiro aceita a típica narrativa evolucionista por etapas que vai da caça e o nomadismo à agricultura e ao sedentarismo, passando pelo pastoreio. O capítulo “Primeiros tipos sociais” evoca os estágios do progresso a partir das formas de subsistência: caça e pesca, pastoreio, agricultura. A passagem por essas etapas corresponderia, também, à do nomadismo ao sedentarismo. Esse processo seria comprovado tanto pelo “exame paletnológico” quanto pe-

lo estudo comparativo das “raças inferiores” do presente, carentes da metalurgia e da agricultura (RIBEIRO, 1894, p. 49-54). *História Antiga* assim parece responder à tendência da época de ler as populações indígenas como fósseis pré-históricos, de forma que seu autor se questiona sobre a possibilidade do progresso das “raças inferiores”:

[...] a verdade é que tanto nas raças inferiores como nas superiores nota-se certo paralelismo no modo de desenvolvimento e, excluídas as informações históricas que apenas abrangem o pequeno período de 6.000 anos na vida social, é o caso de inquirir se as raças amarela, vermelha ou negra serão capazes diuturnamente de um progresso tão grande embora mais lento. (RIBEIRO, 1894, p. 20)

No bojo da reflexão sobre o progresso, Ribeiro destaca em sua tipologia social uma “fase agrícola” como momento demarcador da origem da propriedade privada, das castas sociais, das figuras de autoridade e da família enquanto unidade social. O desenvolvimento desta fase dependeria de precondições dadas pela “aptidão progressiva da raça” e de uma geografia propícia à fertilidade do solo proporcionada pelos rios – a exemplo do Egito e da Mesopotâmia (1894, 53-54). Apesar da exposição da cronologia das Três Idades ao início da obra, o “período agrícola” é identificado como aquele em que se constituem as nacionalidades e, mais ainda, as “civilizações históricas” (1894, p. 54). A agricultura, assim, não aparece como uma invenção pré-histórica, à qual deveriam transcorrer ainda muitos milênios do Neolítico, mas como limiar entre Pré-História e História e, mais ainda, entre ausência e presença da Nação.

A associação entre agricultura, nacionalidade e História torna-se mais curiosa ainda quando a conectamos com as interpretações, anteriormente apresentadas pelo autor, de que, se por um lado, o homem da época da pedra polida já é agricultor, por outro, “o ferro marca o limiar da história” (RIBEIRO, 1894, p. 33, 35). Combinadas, essas informações trazem a domesticação de plantas e a tecnologia neolítica para a Idade do Ferro – momento no qual, por coincidência ou não, a historiografia recente localiza a construção de noções de nacionalidade (LIVERANI, 2009, p. 536-540). Estes são marcos distintos do que se consolidou como a fronteira entre Pré-História e História: a escrita não aparece em seu compêndio como parte das condições ou características da civilização. Sua presença não dá início à História. Ela é apenas o referencial disciplinar que determina o tipo de documentação passível de ser

usada pelo historiador (RIBEIRO, 1894, p. 27). Não está portanto colocada a associação entre História e Civilização e entre Pré-História e ausência de Civilização. Sua Pré-História não é “História antes da escrita”, mas se assemelha à expressão dinamarquesa para o período: *oldtid*, “velhos tempos”.¹² Suas referências para a História são a agricultura, o ferro e a nacionalidade.

Ribeiro compreende nacionalidade como reunião de cidades que compartilham de uma mesma civilização, unívoca em termos de costumes, língua, território e religião (1894, p. 56). Ele não conecta essas ideias com a leitura da História pelo prisma da raça, trazida como um dos eixos para o entendimento de suas “Civilizações Primitivas”. Em *História Antiga*, “nacionalidade” parece muito mais próxima da noção de “povo” como princípio organizador da História, uma chave de interpretação que, como mencionamos, surge com Herder no século XVIII, mas ganha corpo na passagem do século XIX para o XX.

No contexto da escrita da História, identificar como “povos” as complexas comunidades humanas dá a elas uma identidade e um destino que, externamente, as distingue entre si e, internamente, ultrapassando seus membros individuais, os une em um todo coerente e coeso. “Povos” são, assim, entidades coletivas imaginadas, com personalidades e características supostamente distintas, nas quais haveria isomorfismo entre língua, sociedade, cultura e Estado. Este artifício, muito presente na historiografia de uma Grécia Antiga entendida como uma nação, com lamentável frequência se estende a outros contextos, como observamos até hoje nos currículos e nos livros didáticos de História (VLASSOPOULOS, 2007, p. 37-41; BNCC, 2018; VAINFAS, 2018; COTRIM, 2018; VICENTINO, 2018). Seu uso abre um amplo leque de essencialismos e determinismos biológicos muito próximos da problemática chave teórica das “raças”, a qual tem lugar de destaque na obra de João Ribeiro.

História Antiga dedica à raça um capítulo posicionado entre a cronologia de base tecnológica e as etapas dos tipos sociais. Uma de suas bases é a craniologia, campo de conhecimentos pseudocientíficos que associavam a forma e o tamanho dos crânios a comportamentos, capacidades intelectuais e posicionamentos na escala evolutiva (SCHWARCZ, 1993). Ribeiro usará esse referencial para afirmar que os homens paleolíticos e os neolíticos eram de raças diferentes, tanto pela sua tipologia craniana¹³ (dolicocefalos os primeiros, braquicefalos os últimos) mas também para explicar o imensurável salto em direção à produção cerâmica, à domesticação dos animais, à agricultura e ao se-

dentarismo (1894, p. 33) – salto mais tarde chamado de “Revolução” por Gordon Childe (1936).

Observamos o posicionamento de Ribeiro diante do debate entre monogenistas e poligenistas. O autor se posiciona a favor dos primeiros, tomando como “prova” da unidade da criação humana a presença, ao sul do Himalaia, das três raças¹⁴ (brancos, negros e amarelos), bem como os três tipos de linguagem – idiomas monossilábico, aglutinante e flexional (1894, p. 46). Não por acaso, tais pressupostos influenciam a própria concepção de Oriente, presente também em Berquó (1887), que ao incluir hindus e arianos, possibilita discussões raciais e legitima a superioridade europeia, tema tratado novamente quando da discussão da origem dos gregos. Em *História Antiga*, as raças brancas (retratadas por um homem com traje militar condecorado), são destinadas à “supremacia moral do planeta” (1894, 20, 43). Formadas pelos ramos berbere, semita e ariano, elas constituem os referenciais civilizatórios da Europa moderna: do ramo semita surgem as grandes religiões; do ariano o saber generalizado e a ciência, a partir das quais funda-se a “maior civilização terrestre” (1894, 43).

O sul do Himalaia como lugar da criação humana dá à obra uma conexão direta com os debates da época sobre a questão ariana. Ela remonta aos estudos das línguas indo-europeias e da proposição de um proto-indo-europeu. No século XIX foi dada à questão uma interpretação racial, exemplificada pela obra de Arthur de Gobineau (1855). A confluência direta entre “povos” e línguas (hoje não aceita) esteve presente em grande parte do desenvolvimento desses estudos. A presença da Índia no rol de civilizações da História Antiga ocorre exclusivamente pela necessidade de dar um sentido científico para a origem dos gregos (ou seja, os falantes de língua grega, uma língua indo-europeia). Ao mesmo tempo, faz dos gregos um grupo essencialmente desconectado das outras tradicionais civilizações mencionadas no *corpus* documental clássico, legado pela Antiguidade (BERNAL, 1993).

Ribeiro assume a tese dos gregos como arianos (1894, p. 199), uma extrapolação da identificação do grego como idioma indo-europeu.¹⁵ Assim, nos dois primeiros capítulos da 2ª parte da obra, “Grécia”, é exposta a teoria (de base linguística) de uma migração ariana do Oriente para o Ocidente, da qual as civilizações grega e itálica são o resultado (RIBEIRO, 1894, p. 193-195, 199–201). Ribeiro defende a unidade ariana dos gregos a partir da leitura de

Ernst Curtius, negando a tradição dos relatos clássicos de colonizações egípcias e fenícias (RIBEIRO, 1894, p. 201).

A leitura dos clássicos encontra-se, assim, na base de algumas reflexões de Ribeiro a respeito da Pré-História, na medida em que ela serve para se falar da origem dos gregos. Mas, se por um lado, a literatura é contestada no tratamento dos gregos enquanto arianos, por outro, Ribeiro a aceitava ao discorrer sobre a origem da família. Esta é apresentada por ele como a forma mais acabada de seus “Primeiros tipos sociais”. As definições a seu respeito encontram-se no contexto do debate sobre poligamia e monogamia, endogamia e exogamia, matriarcado e patriarcado. A reflexão de Ribeiro reproduz a tese de Johann Bachofen (1861) sobre o direito materno, segundo a qual a humanidade teria passado por uma fase de matrilinearidade e soberania feminina antes do advento do patriarcado (RIBEIRO, 1894, p. 57-59). As bases documentais de Bachofen são os textos gregos clássicos, lidos como relatos independentes e autênticos da Pré-História grega. Desta forma, narrativas presentes nas tragédias, por exemplo, representariam uma memória sobre experiências reais, dentre as quais se destacaria a transformação, no campo da religião e da vida política, de uma orientação social ginocêntrica para uma orientação androcêntrica (BACHOFEN, 1861). No século XIX e boa parte do XX, os leitores de Bachofen reproduzirão seu equívoco metodológico, de fazer dos textos clássicos documentos pertinentes ao estudo da Pré-História (GUERRA, 2021).

Como comentamos ao início deste artigo, o uso da documentação escrita limitava a extensão do passado pré-histórico, pois localizava-o ou aproximava-o da época de composição dos textos. Em *História Antiga*, esta contradição não é observada. Pelo contrário, o compêndio acompanha a revolução do tempo de 1860, tendo o cuidado de afirmar uma longa temporalidade para a existência humana, datada por referências ao Quaternário, à coexistência com grandes mamíferos extintos e à hipótese de Gabriel de Mortillet de 230.000 anos de existência humana (RIBEIRO, 1894, p. 29, 35). Esses referenciais dão ao compêndio o *imprimatur* científico que descola sua narrativa da História dos modelos anteriores da História Sagrada. Em “O homem pré-histórico”, Ribeiro passa em revista os principais pontos do debate acerca da nova maneira de se explicar a origem humana. O capítulo traz as contribuições da Geologia e da Paleontologia, além de esboçar e defender a cronologia das Três Idades de

Thomsen. Ribeiro afirma que a classificação cronológica pela indústria é “a mais aceitável e mais fecunda”, mas mesmo assim não é amplamente aceita:

A arqueologia do homem fóssil encontrou oposição violenta por parte de todos os elementos conservadores, a ciência oficial e sobretudo a religião. As novas ideias sobre a antiguidade pareciam destruir toda a cosmogonia hebraica, e o grande Cuvier foi um dos que mais retardaram a doutrina do homem pré-histórico, por seu prestígio verdadeiro, com aquela mesma energia com que se opôs à doutrina do transformismo de Lamarck. (1894, p. 28)

A defesa da longa cronologia insere-se em uma reflexão mais ampla sobre o próprio desenvolvimento do campo da Pré-História a partir das descobertas feitas pela Arqueologia. Neste sentido, Ribeiro exalta a importância do trabalho de Boucher de Perthes (1847), que apesar de ler os vestígios arqueológicos pelo prisma da História Sagrada, encontrou e considerou muito antigas as ferramentas líticas do vale do rio Somme, no norte da França. Ele não menciona, porém, que a antiguidade das peças foi inferida por terem sido escavadas no mesmo nível estratigráfico de ossos de animais extintos (FAGAN, 2019, p. 58). Assim, Ribeiro deixa sem explicação como sua descoberta serviu à consolidação da cronologia longa e do estabelecimento da existência humana no período Quaternário (1894, p. 28-29).

Ribeiro definirá as idades da pedra e do bronze a partir da cronologia de Thomsen, descrevendo os modos de vida de cada uma. Ele chama atenção, porém, para as idades da pedra e dos metais, que não representam fases necessárias do progresso humano, nem ocorrem ao mesmo tempo em todos os lugares. “Cada povo”, diz Ribeiro, “teve sua evolução própria” (1894, p. 36). Assim ele chama atenção para o fato de que os “selvagens do Brasil ainda vivem na fase da pedra polida” (idem). Essa ideia, como a de que é possível estudar as etapas dos tipos sociais pelo recurso às “raças inferiores” do presente dá corpo à possibilidade de engajamento do autor em relação ao modelo evolucionista da História, segundo o qual alguns povos simplesmente não ultrapassariam as formas mais primitivas da existência. Como observa Francisco Bethencourt, o evolucionismo estimulou “as ideias de hierarquia e ritmos diferentes no progresso humano, ou de acesso a formas mais elevadas de civilização” (BETHENCOURT, 2018, p. 416). O modelo estava sendo superado ao final do século XIX pelo de uma narrativa da Pré-História centrada em

“povos”. Este, por meio da Arqueologia Histórica, eventualmente levará à identificação de transformações próprias no interior de cada uma das culturas, que portanto não mais poderão ser interpretadas a partir de referenciais externos a elas (TRIGGER, 2004, p. 145-202).

Algumas das informações presentes no capítulo do “Homem pré-histórico” estão hoje superadas. Uma delas é a de que não há sepultamentos no período Paleolítico (1894, p. 31). Esta negativa está hoje em desuso graças a descobertas como a da caverna de Shanidar (nos Zagros, Mesopotâmia), escavada na década de 1950, onde foram encontrados diversos enterramentos de neandertais, em sua maioria crianças (CHARVÁT, 2002, p. 1-6). Outra interpretação hoje questionada é a de que os concheiros situados na Dinamarca e no Brasil são, meramente, depósitos de restos de cozinha, ainda que chamados de “monumentos” (1894, p. 33). Os estudos sobre os sambaquis do litoral brasileiro mostram que eles são, majoritariamente, monumentos funerários nos quais as conchas de moluscos têm uma função estrutural e ajudam a preservar os corpos enterrados (DEBLAIS et al., 2008).

O capítulo do “Homem pré-histórico” é finalizado com a evocação a sítios brasileiros, referenciais para a grande antiguidade da ocupação humana do país e as hipóteses de migrações para o continente. A associação entre as populações humanas de Lagoa Santa com animais hoje extintos é destacada por Ribeiro ao considerar que, “se houve uma emigração da Ásia, ou ela já encontrou aqui uma população aborígene, ou veio em um tempo remotíssimo e no estado mais primitivo” (1894, p. 36). A reflexão é importante como conclusão do capítulo, pois além de trazer à sala de aula um debate naquela época atual, localiza a Pré-História do Brasil em meio à narrativa mais ampla. No entanto, como ainda hoje ocorre nos livros didáticos oficialmente prescritos, nossa Pré-História não tem conexão alguma com a narrativa mais ampla da Pré-História “geral”, a qual permanece ancorada na cronologia das Três Idades de tal maneira que os sítios costumeiramente mencionados não são postos em diálogo com os sítios brasileiros (GUERRA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da Pré-História no ensino de História se caracteriza por sua frágil consolidação a partir da década de 1890. O compêndio de Berquó havia

aparecido como lampejo, incapaz de obter respaldo no período imperial. A subsequente prescrição oficial de Ribeiro resulta no reordenamento das práticas de escrita de compêndios escolares, mas é sucedida pelo processo reativo de associação forçada com a História Sagrada. Ao fim e ao cabo, fica evidente a lógica do ritmo próprio das disciplinas escolares, decorrente de um jogo de forças envolvendo diversos vetores (CHERVEL, 1990; CHOPPIN, 2002). Na transição entre Império e República, a tensão entre posição moderna/científica e posição conservadora inverte os papéis no *status quo*. Mas a posterior derrota da Pré-História demonstra como o peso da tradição promove a veiculação de duas metanarrativas de naturezas opostas na prática da escrita da História nos compêndios escolares.

A escrita da Pré-História de João Ribeiro, na forma articulada com o debate biológico das raças humanas e sociológico dos tipos sociais já estava presente em Berquó em 1887, ainda que os referenciais teóricos não fossem os mesmos. De todo modo, os compêndios publicados posteriormente, inclusive por autores que professavam um posicionamento criacionista como Jonathas Serrano (1913), passam a incluir a Pré-História em suas introduções. Percebemos, contudo, a estratégia editorial de esvaziá-la ao máximo, a ponto de não expor a fundamentação criacionista ao contraditório. Esse é justamente o caso do compêndio de *Historia Universal* (1918) do próprio João Ribeiro, que diverge em muito da peculiar composição de 1892, cuja recepção talvez possa ser avaliada por sua curta vida editorial resumida em duas edições. Na obra de 1918, o conteúdo de Pré-História de 1892 é simplificado. O tempo longo, cujas datações são suprimidas, perde significância: não há referência ao quaternário, nem a uma antiguidade de 230.000 anos para a existência humana, presentes anteriormente (1894, p. 29, 35).

A Pré-História de *Historia Antiga* dialoga com várias frentes do debate científico coevo: teorias de aprofundamento do tempo, do surgimento do homem e do progresso da civilização. Para tanto, se utiliza de formas distintas de escrita da História, lançando mão da narrativa baseada em cronologias científicas consagradas até hoje (é o caso das Três Idades), de etapas especulativas hoje em desuso (como a evolução da caça ao pastoreio e à agricultura) e de outras, efetivamente abolidas (como a que vai do gregarismo à família), além de classificações raciais (e suas subclassificações). No conjunto com a narrativa maior da História Antiga, ela se posiciona em um inventário de diferenças

entre “povos”, por vezes com conexões entre Pré-História e História (é o caso dos gregos, na reflexão sobre o arianismo). Essa característica da obra é partilhada por livros didáticos atuais, assim como o referencial na cronologia das Três Idades. Para o Ensino de História em nosso país, por fim, destaca-se a continuidade, desde Ribeiro até o nosso momento, de uma Pré-História que não consegue posicionar o Brasil na narrativa geral. Enquanto *História Antiga* esforçava-se para isso (um esforço no entanto perdido), os livros didáticos atuais estabelecem a “solução” de restringir a Pré-História “do Brasil” e a “Pré-História” a capítulos distintos.

REFERÊNCIAS

Documentação Primária

- AZEVEDO, Moreira. *Compendio de Historia Antiga*. Rio de Janeiro: Garnier Editor, (1865) 1883.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 10 set. 2022.
- BERQUÓ, João Maria da Gama. *Historia Antiga do Oriente*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C^a, 1887.
- BERQUÓ, João Maria da Gama. *Noções Summarias de História Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1889.
- CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Compendio de Historia Antiga*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const de J. Vilenneuve e Comp., 1840.
- CHILDE, Gordon. *Man Makes Himself*. London: Watts, 1936.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. 6º ano. São Paulo: Saraiva, 2018
- DARWIN, Charles. *On the origin of species*. Oxford: Oxford UP, 1859.
- GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, Ano 13, n. 269, 26 set. 1887, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/12734 . Acesso em: 10 set. 2022.
- GOBINEAU, Arthur. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris, Didot. 1855.
- HEGEL, Georg W. F. *Filosofia da História*. Brasília: UNB, (1837) 2008.
- HERDER, Johann. Another Philosophy of History for the education of mankind. In: *Another Philosophy of History and selected political writings*. Indianapolis: Hackett, (1774) 2004, p. 3-97.
- HERDER, Johann. Fragments on Recent German Literature [excerpts on language].

- In: HERDER, Johann. *Philosophical writings*. Cambridge: Cambridge UP, (1767) 2002, p. 33-64.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *História da Civilização*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921.
- LUBBOCK, John. *Prehistoric Times*. London: William & Norgate, 1865.
- LYELL, Charles. *The Geological Evidences of the Antiquity of Man*. 1863.
- MONTELIUS, Oscar. *Der Orient und Europa*. Stockholm: Akademie der Schönen Wissen-Schaften, Geschichte und Alterthumskunde, 1899.
- MONTELIUS, Oscar. *Swedish Antiquities*. Stockholm: P. A. Norstedt & Söners, 1920.
- MONTELIUS, Oscar. *The Civilisation of Sweden in Heathen Times*. NY: Haskell, 1888.
- MEYER, Eduard. *Geschichte des Alterthums*. Stuttgart: J. G. Cotta, 1884.
- PLINY. *Natural History*. Trad. D. E. Eichholz. Cambridge: Harvard UP, 1962.
- RIBEIRO, João. *Historia Antiga. Volume I: Oriente e Grecia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alves & Cia Editores. 1894.
- ROCHA, Justiniano José. *Compêndio de História Universal*. Volume I: História Antiga. Rio de Janeiro: Tipografia do Regenerador, 1860.
- RUCH, Gastão. *História Geral da Civilização*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1926.
- SCHLIEMANN, Heinrich. *Tiryns: der prähistorische Palast der Könige von Tiryns*. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1885.
- SEIGNOBOS, Charles. *Histoire de la civilisation dans l'antiquité jusqu'au temps de Charlemagne*. Paris: Masson, 1887.
- SERRANO, Jonathas. *Epítome de História Universal*. 22ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, (1913) 1947.
- SMITH, Grafton Elliot. *The Ancient Egyptians and the Origin of Civilization*. London: Harper, (1911) 1923.
- TYLOR, Edward Burnett. *Primitive Culture*. London: John Murray, 1871.
- VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila; CALAINHO, Daniela. *História.doc*. 6º ano. São Paulo: Saraiva, 2018.
- VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris*. 6º ano. São Paulo: Ática, 2018
- VOLTAIRE. La Défense de mon oncle. In: VOLTAIRE. *Oeuvres Complètes*. Paris: Garnier Frères, (1767) 1879, p. 367-433.
- WEBER, Georg. *História Universal*. Rio de Janeiro: Cunha & irmãos, 1895.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Ângela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BAMBERGER, Joan. The myth of matriarchy. In: ROSALDO, Michelle & LAMPERE, Louise (ed.). *Woman, culture and Society*. Stanford: Stanford UP, 1974, p. 263-280.
- BARNABÉ, L. E. A escrita da História Antiga escolar nos anos de 1820-1830: o caso de Précis de l'Histoire Ancienne e a narrativa acerca dos gregos de Auguste Poirson. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 128-151, 2021.
- BERNAL, Martin. *Atenea Negra: Las Raíces Afroasiáticas de la Civilización Clásica. V. I: La invención de La Antigua Grecia, 1785-1985*. Traducción castellana de Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica - Grupo Grijalbo - Mondadori, 1993.
- BETHENCOURT, Francisco. *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. A História das civilizações: o passado explica o presente. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, (1959) 1992, p. 235-288.
- BRUTER, Annie. L'enseignement de l'histoire nationale à école primaire avant la III République. *Histoire de L'Education*. p. 11-32, avril, 2010.
- CHARVÁT, Petr. *Mesopotamia Before History*. London: Routledge, 2002.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.
- CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 5-24, 2012.
- CHOPPIN, A. O Manual Escolar: Uma Falsa Evidência Histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009.
- DANIEL, Glyn. *Introdução à Pré-História*. Rio de Janeiro: Zahar, (1962) 1964.
- DEBLAIS, Paulo; GASPAS, Maria Dulce; KNEIP, Andreas. Sambaquis from the Southern Brazilian Coast: Landscape Building and Enduring Heterarchical Societies throughout the Holocene. *Land*, v. 7, n. 757, p. 1-27, 2021.
- FAGAN, Brian. *Uma breve História da Arqueologia*. Porto Alegre: LPM, 2019.
- FILLAFER, Franz Leander. A world connecting? From the unity of History to Global History. *History and Theory*, Middletown, v. 56, n. 1, p. 3-37, mar. 2017.

- FREITAS, Itamar. A História Universal de José Estácio Correia de Sá e Benevides (1890/1903). In: *Histórias do Ensino de História no Brasil*. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, p. 127-182.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GOSDEN, Chris. *Pré-História. Uma breve introdução*. São Paulo: L&PM, (2003) 2012.
- GUARINELLO, Norberto. Uma morfologia da História. In: GUARINELLO, Norberto. *Ensaio sobre História Antiga*. São Paulo: USP, 2014.
- GUERRA, Lolita. Pequeno histórico do ‘matriarcado’ como hipótese para a interpretação da pré-história. *Mare Nostrum, [S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 1-25, 2021b.
- GUERRA, Lolita. Questionamentos sobre o Neolítico da Pré-História que se ensina a partir de um diálogo entre os sítios arqueológicos da Ásia Ocidental e das Terras Baixas da Amazônia. In: VILELA, Márcio. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: ANPUH-Brasil, 2019.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.
- HANSEN, Patrícia. João Ribeiro Historiador. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 173, n. 454, p. 183-208, jan./mar. 2012.
- HODGEN, Margaret. *Early Anthropology in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. Philadelphia: University of Pensilvania, (1964) 1971.
- KEHOE, Alice. ‘Prehistory’s History. In: SCHMIDT, Peter; MROZOWSKI, Stephen (ed.). *The Death of Prehistory*. Oxford: Oxford UP, 2014, p. 31-46.
- KOSELLECK, Reinhardt. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhardt; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O Conceito de História*. São Paulo: Autêntica, (1975) 2013.
- LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente: História, sociedade, economia*. Tradução de Ivan Esperança Rocha. 1. ed. São Paulo: Edusp, (2009) 2016.
- MORALES, Fábio Augusto. Por uma didática da História Antiga no Ensino Superior. *Mare Nostrum*, n. 8, p. 79-114, 2017.
- MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uíran Gebara da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências Artigos. *Revista Brasileira de História*, vol. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.
- PENNA, Fernando. *Sob o Nome e a Capa do Imperador: A Criação do Colégio de Pedro Segundo e a Construção do seu Currículo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. f. 185.
- RENFREW, Colin. *Prehistory. The Making of the Human Mind*. NY: The Modern Library, 2007.

- ROWBOTHAM, Arnold. *Voltaire, Sinophile*. PMLA, v. 4, n. 4, p. 1050-1065, 1932. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/457929>. Acesso em: 10 set. 2022.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013
- SANTOS, Beatriz Boclin Marques. *O Currículo da Disciplina Escolar História no Colégio Pedro II – a Década de 1970*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ. 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, (1993) 2000.
- SCOTT, James. *Against the Grain*. New Haven: Yale UP, 2017.
- SMAIL, Daniel Lord. *On deep history and the brain*. Berkeley: University of California Press, 2008.
- TRIGGER, Bruce. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.
- VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. (Org.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba, Brasil: Autores, 1998.
- VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 90-103, Dec. 2002.
- VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NOTAS

¹ As diferentes posições ideológicas que embasam as abordagens desses dois autores foram discutidas por Alice Kehoe (2014).

² “1. Origem da civilização. Idades pré-históricas. Monumentos e indústrias primitivas; 2. As raças. Poligenismo e monogenismo; 3. Primeiros tipos sociais, tribo, matriarcado e patriarcado. Família”

³ A falta de documentação impede que se estabeleça uma série histórica em outras instituições de ensino secundário. Mesmo o ICPII não sendo efetivamente o agente padronizador do ensino secundário brasileiro ao longo do século XIX (HAIDAR, 1972), é preferível uma percepção parcial, restrita a uma instituição situada no Rio de Janeiro, que o falseamento da realidade. Reconhecemos também que como há “defasagem entre programa oficial e realidade escolar” (CHERVEL, 1990, p. 189), uma análise reduzida a prescrições oficiais igualmente mascara uma realidade muito mais complexa, constituinte da cultura escolar (JULIA, 2001).

⁴ Sua 4ª edição, de 1837, foi traduzida por Justiniano José da Rocha em 1840.

⁵ A autoria deste compêndio é identificada a Victor Duruy por Bittencourt (2008), mas esta atribuição é questionada em Barnabé (2019).

⁶ Haidar (1972, p.157) informa que este compêndio foi indicado já em 1865, informação que não aparece em Vechia e Lorenz (1998).

⁷ Para o curso realista e para o curso clássico, respectivamente.

⁸ Em um primeiro momento, o autor remonta a existência humana à época de animais do Quaternário, como os mamutes e o urso das cavernas (1947, p. 20). Mas depois, negará esta posição: “Alguns autores têm exagerado enormemente a duração dos tempos pré-históricos, procurando provar que o homem existe sobre a terra há muitos milhares de anos. Tais avaliações não têm nenhum valor científico sério, fundando-se em cálculos e conjecturas discutíveis. Muitos geólogos e naturalistas pensam que uns oito mil anos bastam para explicar todos os fatos desde o aparecimento do homem” (1947, p. 22).

⁹ O penúltimo capítulo do livro é dedicado à conquista da Grécia por Roma (1894, p. 349-361). É possível que Ribeiro planejasse um segundo volume de *História Antiga*, para tratar exclusivamente dos romanos. Este, no entanto, não foi escrito nem publicado.

¹⁰ Esta função para a História é execravelmente conservada, até hoje, como se observa pela versão final da BNCC, cujos redatores pensam que o ensino de História está pautado no seguinte procedimento: “identificação dos eventos considerados importantes na História do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico” (2018, p. 416).

¹¹ No caso de Hegel, o mais provável é que se trate da própria *Filosofia da História*, de 1837. A identificação da obra de Voltaire já é mais difícil, pois o filósofo constrói o argumento sobre a China em diversos dos seus escritos, dentre os quais destaca-se *La Défense de Mon Oncle*, de 1767 (ROWBOTHAM, 1932).

¹² Glyn Daniel comenta a palavra, dizendo que esta traz “a essência da pré-história; os tempos antigos ou antiquíssimos do passado do homem - os momentos mais remotos da longa evolução do desenvolvimento humano que aumenta em complexidade e historicidade a partir da expansão do Império Romano até os nossos dias” (1962, 9-10).

¹³ Algumas páginas antes, Ribeiro no entanto aponta que a medição craniana não é o método mais eficiente para a identificação da cronologia da Pré-História, pois as transformações anatômicas são excessivamente lentas (1894, 28). Esta observação entra em contradição com a ideia, defendida neste momento da obra, de que os grupos neolíticos são de raça diferente da dos paleolíticos.

¹⁴ Esta é a única referência, na obra, a algo próximo a um lugar de origem da Humanidade. Não há qualquer referência à África, muito embora Ribeiro tenha lido e mencionado Darwin (1894, p. 10, 25).

¹⁵ Não se tratam, ainda, de gregos-arianos no sentido “nórdico” que, mais tarde, os nazistas darão a essa associação (CHAPOUTOT, 2016).